

ARTIGO

Tecendo Saberes em Redes Informais: Processos Educativos e Reuniões da Frente Feminista “Marielle Vive”

VANESSA LEMOS DE TOLEDO¹

BRUNA RODRIGUES VIOTTO DA CRUZ²

WELLINGTON AIRES DA CRUZ PEREIRA³

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR), SANTA BÁRBARA D'OESTE/SÃO PAULO, BRASIL

² FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SUMARÉ, AMERICANA/SÃO PAULO, BRASIL

³ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS (PUC-CAMPINAS)/FACULDADE DE TECNOLOGIA DE AMERICANA
MINISTRO RALPH BIASI, AMERICANA/SÃO PAULO, BRASIL

Resumo

Este artigo analisa os processos educativos constituídos nas práticas sociais da Frente Feminista Marielle Vive (FFMV), coletivo formado majoritariamente por mulheres dos municípios de Americana e Santa Bárbara d'Oeste (SP), durante o contexto da pandemia de COVID-19. A pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamentou-se na inserção dos pesquisadores em reuniões virtuais e no acompanhamento das interações do grupo em seus espaços digitais, tendo os diários de campo como principal instrumento de produção dos dados. A análise, ancorada na perspectiva dos processos educativos em práticas sociais e na pedagogia freireana, buscou compreender como as experiências compartilhadas entre as participantes produzem aprendizagens, formas de organização coletiva e estratégias de enfrentamento às desigualdades de gênero. Os resultados evidenciam que a FFMV se constitui como uma rede de apoio informal cuja atuação ultrapassa o acolhimento, configurando-se como espaço de formação política, produção coletiva de conhecimentos, fortalecimento de vínculos de solidariedade e construção de ações voltadas ao enfrentamento das violências contra as mulheres. Além disso, destacam-se a diversidade de experiências das participantes, as tensões inerentes aos processos democráticos de organização coletiva e o papel das lideranças na mobilização e sustentação das ações desenvolvidas pelo grupo.

Palavras-chave: processos educativos, movimentos feministas, redes de apoio, práticas sociais, educação popular

Weaving Knowledge into Informal Networks: Educational Processes and Meetings of the “Marielle Vive” Feminist Front

Abstract

This article analyzes the educational processes emerging from the social practices of the Marielle Vive Feminist Front (FFMV), a collective composed mainly of women from the municipalities of Americana and Santa Bárbara d'Oeste, São Paulo, Brazil, during the COVID-19 pandemic. The study adopted a qualitative approach based on researchers' participation in virtual meetings and observation of the collective's interactions in digital environments, using field journals as the primary source of data. Grounded in the theoretical framework of educational processes in social practices and Freirean pedagogy, the analysis sought to understand how shared experiences foster learning, collective organization, and strategies to confront gender inequalities. The findings indicate that the FFMV operates as an informal support network whose activities extend beyond mutual support, constituting a space for political education, collective knowledge production, solidarity building, and the development of actions aimed at confronting violence against women. The study also highlights the relevance of participants' diverse experiences, the tensions inherent in democratic collective organization, and the role of leadership in mobilizing and sustaining collective action.

Keywords: educational processes, feminist movements, support networks, social practices, popular education

Tejiendo conocimientos en redes informales: Procesos Educativos y Reuniones del Frente Feminista “Marielle Vive”

Resumen

Este artículo analiza los procesos educativos que emergen de las prácticas sociales del Frente Feminista Marielle Vive (FFMV), colectivo integrado mayoritariamente por mujeres de los municipios de Americana y Santa Bárbara d'Oeste, estado de São Paulo, durante la pandemia de COVID-19. La investigación, de enfoque cualitativo, se desarrolló mediante la participación de los investigadores en reuniones virtuales y el acompañamiento de las interacciones del colectivo en espacios digitales, utilizando diarios de campo como principal instrumento de producción de datos. El análisis, fundamentado en la perspectiva de los procesos educativos en prácticas sociales y en la pedagogía freireana, buscó comprender cómo las experiencias compartidas generan aprendizajes, fortalecen la organización colectiva y promueven estrategias para enfrentar las desigualdades de género. Los resultados muestran que la FFMV se constituye como una red de apoyo informal cuya actuación trasciende el acogimiento, configurándose como un espacio de formación política, producción colectiva de conocimientos, fortalecimiento de vínculos solidarios y construcción de acciones orientadas al enfrentamiento de las violencias contra las mujeres. Asimismo, se destacan la diversidad de trayectorias de las participantes, las tensiones propias de los procesos democráticos de organización colectiva y el papel de los liderazgos en la movilización y sostenimiento del colectivo.

Palabras clave: procesos educativos, movimientos feministas, redes de apoyo, prácticas sociales, educación popular

INTRODUÇÃO

Em 2020 vivenciávamos um contexto pandêmico acarretado pelo vírus covid-19 e, nessa conjuntura, as relações humanas, compulsoriamente ou não, foram afetadas e reconfiguradas, passando a ser tecidas sobretudo, no espaço virtual. Quando falamos de práticas socialmente construídas é comum que as vinculemos aos espaços físicos de convívio, todavia, o cenário pandêmico em 2020 surgiu como desafio e demandou outras formas de mobilização. As novas tecnologias e redes sociais proporcionaram encontros *online* que permitiram a participação nas reuniões da frente feminista “Marielle vive” (FFMV).

Para aqueles que buscaram respeitar as orientações de especialistas e da comunidade científica, o distanciamento social transferiu atividades profissionais e de lazer para o ambiente remoto. Diante desse quadro e ficando mais tempo conectados às redes sociais nesse período de distanciamento social, nos interessou conhecer mais estreitamente como coletivos compostos por mulheres atuaram durante o contexto pandêmico, mais especificamente no interior de São Paulo. Esses desígnios foram aguçados pelo levantamento do aumento da violência doméstica, especialmente contra mulheres, durante a pandemia do covid-19.

Determinamos que analisaríamos a prática social do coletivo feminista “Marielle vive”, buscando desvelar processos educativos advindos dessas práticas. Em um contexto pandêmico, nos interessamos em

conhecer qual o papel do coletivo¹ feminista, além das formas de interação desse grupo que atende mulheres e atuam na defesa da causa feminista. Afinal, “*O que ensinam?*” e “*O que aprendem?*”. Entendemos que a compreensão de mundo pode começar a mudar durante o processo de desvelamento da realidade concreta (Freire, 2011).

O distanciamento social exigiu adaptações nas relações que antes ocorriam presencialmente, dificultando muitos encontros, mas também ampliando o espaço virtual como possibilidade de diálogo. Nesse contexto, os ambientes digitais se revelaram férteis para a realização de reuniões, eventos e formas de integração comprometidas pela pandemia de covid-19. Esse movimento nos aproximou da Frente Feminista “Marielle Vive” e influenciou a escolha pela inserção nas reuniões virtuais organizadas pelo grupo. Em 2019, conhecemos sua página no *Instagram* e, por meio dela, passamos a acompanhar as ações promovidas e divulgadas pela Frente. Durante a pesquisa e a elaboração dos diários de campo, buscamos identificar os processos educativos constituídos nas práticas sociais desenvolvidas por essa organização, pois “Nas práticas sociais promove-se a formação para a vida na sociedade por meio de processos educativos que estas desencadeiam; assim tem sido em todas as sociedades ao longo da história humana” (Oliveira et al., 2014, p. 35).

A participação em um coletivo feminista proporciona intensa troca de saberes e possibilita a articulação entre conhecimentos acadêmicos e populares, ainda que em ambiente virtual. Cabe a nós, como sujeitos históricos, identificar os processos educativos que emergem dessas práticas e, por meio do diálogo, edificar pontes para que sejam acessíveis a todas as pessoas e capazes de alimentar nossa esperança na busca por uma realidade mais justa.

¹ Entendemos coletivo feminista como uma forma de organização informal, horizontal, flexível e não permanente, composta principalmente por mulheres que compartilham uma identidade e uma agenda feminista múltipla e interseccional. Esses coletivos atuam fora das estruturas hierárquicas de partidos, do Estado e de organizações tradicionais, funcionando como espaços de ação política, produção de conhecimento, cuidado coletivo e enfrentamento das opressões de gênero, raça, classe e território (Penha-Vasconcelos, 2025; Valiengo & Oliveira, 2020).

Este artigo foi estruturado a partir de questões que emergiram de forma recorrente nas reuniões acompanhadas, compreendidas como preocupações centrais da Frente Feminista Marielle Vive (FFMV) e como indicadoras dos processos educativos revelados em suas práticas. Entre essas questões, destaca-se o modo como a FFMV se apresenta, nas reuniões e em sua página no *Instagram*, como uma rede de apoio informal. No campo dos movimentos sociais, a noção de rede de apoio pode ser entendida como um conjunto de relações de solidariedade estabelecidas entre indivíduos, grupos e organizações, por meio das quais circulam recursos materiais, informações, conhecimentos e estratégias de ação coletiva. Essas relações fortalecem a mobilização política e ampliam a capacidade de enfrentamento dos sujeitos diante das desigualdades e violências que atravessam suas experiências (Scherer-Warren, 2005, 2013). Ao se definir como informal, a FFMV não expressa menor grau de organização nem reduzida relevância social. Ao contrário, evidencia uma forma de atuação não vinculada a estruturas estatais ou burocráticas de assistência, constituída pela livre associação entre mulheres, pela horizontalidade das relações, pela reciprocidade e pela construção compartilhada de estratégias de cuidado, acolhimento e enfrentamento às violências.

Trata-se de uma forma de organização característica de agrupamentos feministas contemporâneos, cuja legitimidade decorre da experiência compartilhada, da confiança construída entre as participantes e da produção conjunta de saberes, e não da institucionalização de suas práticas. Nessa perspectiva, a informalidade pode ser compreendida como uma escolha política orientada pela autonomia, pela flexibilidade organizativa e pela circulação horizontal de conhecimentos produzidos pelas próprias mulheres (Collins, 2000; Ahmed, 2017; Hooks, 2024). Assim, a rede se legitima por sua capacidade de produzir acolhimento, resistência e conhecimento, articulando cuidado e ação política em resposta às condições concretas vividas pelas participantes.

METODOLOGIA

Frente feminista “Marielle vive”: Aproximação e inserção

No mês de julho de 2020, a rede social *Instagram* do coletivo contava com quinhentos e dezesseis seguidores/as e o grupo de *WhatsApp* envolvia cento e dezesseis mulheres. Durante o início de suas ações, era

permitida a participação de homens, mas logo apareceram sinais do patriarcado, como a monopolização do discurso (Lerner, 2019) por parte desses homens. Dessa forma, e para combater as expressões do patriarcado em seu funcionamento interno, a frente “Marielle vive” se consolidou como um grupo formado exclusivamente por mulheres. A formação da frente originou-se em 2018 por mulheres residentes em Americana e Santa Bárbara d’Oeste, cidades que fazem parte da região metropolitana de Campinas, no interior do estado de São Paulo.

A faixa etária das participantes variou de vinte e um a sessenta e dois anos. Entre as ocupações encontramos mulheres aposentadas, estudantes, professoras, assistentes sociais, advogadas, psicólogas, por exemplo. Quando abordado o tema religião, havia mulheres cristãs, mas a maioria se dedicava a umbanda, o candomblé e espiritismo.

A convivência metodológica

O grupo atua como rede apoio a mulheres desde 2018. Em suas ações busca se posicionar diante de pautas que se aproximam dos movimentos feministas e lutas de outros grupos sociais, como antirracistas e anticapitalistas. Embora as participantes tenham autorizado a utilização de seus nomes verdadeiros, optou-se por substituí-los por pseudônimos em atenção aos princípios da ética em pesquisa e à preservação de sua privacidade, considerando que o artigo aborda posicionamentos políticos, experiências pessoais e relatos potencialmente sensíveis.

Quando perguntamos sobre a possibilidade de gravação da reunião, nenhuma das participantes se opôs, inclusive, compartilharam que aprender a gravar é um desafio necessário. Beatriz enunciou que pesquisou sobre métodos de gravação, mas que “não colocou em prática”. Em seguida, Alice recomendou registrar somente o áudio “porque senão perderíamos tempo e atrasaríamos a reunião tentando descobrir como fazer a gravação de imagem”. Dessa forma, Alice se responsabilizou por salvar as conversas em áudio e declarou já ter realizado essa ação dois anos atrás, aproximadamente.

A frente feminista “Marielle vive” nos foi apresentada em 2019 por duas amigas que integram a equipe. No dia 21 de junho de 2020, voltamos maior atenção as ações desenvolvidas pelo coletivo através do acompanhamento da página do *Instagram*, e, inserção no grupo de *WhatsApp*. Passamos a nos inteirar sobre as

mensagens trocadas, inclusive votações que eram propostas para a definição das datas e horários das reuniões virtuais. Era criada uma enquete com opções de dias e horários e cada membra do grupo indicava qual dia da semana teria disponibilidade para participar. O período mais assinalado era determinado como dia e horário da reunião. Participamos de duas reuniões virtuais registradas em notas de campo, com falas das participantes e observações dos investigadores, consolidando “o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e reflectindo sobre os dados de um estudo qualitativo”. (Bogdan & Biklen, 1994, p. 150).

Para o estabelecimento da primeira reunião, dez integrantes se manifestaram pela enquete e quatorze participaram do encontro virtual realizado às 20h do dia 25 de junho. As participantes foram: Valentina, Laura, Helena, Alice, Beatriz, Bianca, Iza, Lívia, Elisa, Marina, Sofia, Camila, Isadora e Cecília. Para a concretização da segunda reunião, treze membras votaram e ela foi efetivada no dia 16 de julho as 20h e concluída com nove participantes. Entre elas estavam presentes remotamente: Laura, Helena, Alice, Beatriz, Bianca, Lívia, Elisa, Sofia e Cecília.

Mesmo contando com cento e dezesseis componentes no grupo de *WhatsApp*, apenas doze mulheres manifestaram-se na enquete sobre o dia e o horário da reunião, indicando disponibilidade para participar do encontro. Esse dado revela uma discrepância entre o número de integrantes vinculadas ao grupo virtual e a participação efetiva nos espaços de deliberação, aspecto que foi percebido pelas próprias participantes como um desafio para a dinâmica organizativa da Frente Feminista. Em um dos momentos de tomada de decisão, Beatriz manifestou preocupação quanto à possibilidade de futuras contestações às resoluções definidas pelas presentes. Em resposta, Alice, em tom de indignação, afirmou que "todas foram avisadas sobre a reunião e tiveram a chance de indicar o dia em que teriam disponibilidade e muitas não fizeram. Também tiveram acesso à data e ao horário da reunião definidos por quem votou e, mesmo assim, não entraram na reunião. Como que alguém poderia se achar no direito de problematizar se nem houve interesse em participar?". A fala evidencia uma tensão entre o direito à contestação das decisões coletivas e o compromisso com os processos participativos que lhes conferem legitimidade.

A situação observada evidencia uma tensão inerente aos processos de organização coletiva. Em iniciativas sociais de caráter participativo, a adesão aos espaços deliberativos tende a ocorrer de forma desigual, uma vez que o engajamento é condicionado por diferentes possibilidades de participação, trajetórias individuais e formas de inserção no grupo. Nessa perspectiva, a baixa participação em determinados momentos não deve ser compreendida, de maneira imediata, como desinteresse ou fragilidade organizativa, mas como um dos desafios enfrentados por organizações cuja atuação se fundamenta na participação voluntária e na construção compartilhada das decisões. Como argumenta Gohn (2019), os movimentos sociais contemporâneos constituem espaços heterogêneos, marcados por distintos níveis de envolvimento de seus integrantes, sendo a negociação permanente condição para a manutenção da ação coletiva.

Ao mesmo tempo, o episódio revela que os conflitos internos desempenham papel constitutivo na dinâmica dessas organizações. A preocupação manifestada por Beatriz e a reação de Alice não expressam apenas um desacordo circunstancial, mas uma disputa em torno dos próprios critérios de legitimidade das decisões coletivas. Conforme Melucci (2001), a identidade coletiva não é um dado previamente estabelecido, mas um processo continuamente construído por meio de negociações, tensões e redefinições entre seus participantes. Sob essa perspectiva, o conflito deixa de representar necessariamente um sinal de desorganização e passa a ser compreendido como parte da construção da ação coletiva. No caso da Frente Feminista, a fala de Alice explicita a compreensão de que o direito de questionar decisões está intimamente relacionado ao compromisso com os espaços participativos nos quais essas decisões são debatidas e construídas.

A plataforma *zoom* foi escolhida como ferramenta de criação do espaço de diálogo e discussão das pautas da FFMV. Diariamente, inúmeras informações são trocadas via *WhatsApp* por várias mulheres do grupo, tornando praticamente impossível a transcrição de todos os diálogos, dado que essa ação exigiria total dedicação de tempo, já que não é exequível enviar e receber recados em tempo real durante 24 horas por dia. Além disso, algumas participantes relataram que possuíam dificuldades com as ferramentas digitais e se preocupavam com seu alcance.

As presentes compartilharam sobre as dificuldades em fazer uso adequado das ferramentas tecnológicas para melhorar a qualidade do som e imagem no vídeo. Entretanto, Cecília confidenciou que em uma *live*, o maior desafio é “ter cuidado com o que fala”, referindo-se ao fato de que em ambiente virtual ficamos expostos (as) a gravações, sujeitas ainda a edições, que alguns sujeitos poderiam utilizar como instrumento para difamar quem fala ou desacreditar o que foi falado, distorcendo o contexto ou atribuindo um significado desconectado da conjuntura original do momento da proposição da fala.

Atualmente, a tecnologia permite que registremos momentos de maneira descomplicada através do celular. Devido a sua popularização, muitos indivíduos podem carregar o aparelho e captar vídeos e imagens sem grande esforço. Tendo em conta o período histórico-político-social que o Brasil estava e está atravessando, pessoas que defendem ideologias conservadoras costumam acusar de “doutrinadores (as)” quem pensa de forma divergente. Desse modo, incentivam o registro sonoro ou visual de situações e sujeitos que considerem transgressores ou ofensivos, para servir como evidência de seu discurso. Esse grupo, geralmente denominado como intercessor da “escola sem partido”, vem constantemente acusando professores e professoras de tentar alienar e doutrinar estudantes quando tratam de temas relacionados com política ou sexualidade. Para eles, essas temáticas não devem ser discutidas na escola, visto que teriam o poder de influenciar crianças e jovens a assumirem comportamentos que julgam ser subversivos e fora do padrão aceito pela sociedade, ou se identificarem com ideologias políticas que acreditam ser perigosas a ordem de poder e soberania da nação.

Embora as tecnologias digitais tenham ampliado as possibilidades de registro, circulação de informações e articulação entre sujeitos e coletivos, é importante evitar uma compreensão instrumental ou neutra desses meios. Conforme argumenta Feenberg (2002), a tecnologia não constitui um simples conjunto de ferramentas colocadas à disposição da sociedade, mas incorpora valores, interesses e relações de poder presentes no contexto em que é produzida e utilizada. As plataformas digitais, portanto, influenciam as formas de interação, os modos de circulação de discursos e a visibilidade de determinados conteúdos, ao mesmo tempo em que são apropriadas por diferentes grupos sociais para finalidades distintas. Sob essa perspectiva, o ambiente virtual

configura-se como um espaço de disputas políticas e simbólicas, no qual coexistem possibilidades de mobilização, formação e resistência, mas também de vigilância, exposição e reforço de práticas de controle.

Nesse cenário, a mesma infraestrutura tecnológica que possibilita a articulação de redes de apoio, a denúncia de violências e a ampliação da participação política de movimentos feministas também favorece a disseminação de discursos de ódio, campanhas de desinformação e práticas de vigilância dirigidas a sujeitos e grupos considerados dissidentes. No contexto brasileiro, marcado pelo fortalecimento de discursos conservadores e por iniciativas como o movimento “Escola sem Partido”, as redes sociais passaram a ser utilizadas tanto para fortalecer coletivos e ampliar o debate público quanto para registrar, expor e constranger docentes e ativistas acusados de promover uma suposta “doutrinação ideológica”. Assim, compreender o papel das tecnologias digitais exige reconhecer seu caráter contraditório: elas não determinam os usos sociais nem são neutras em relação às disputas de poder, constituindo-se como arenas nas quais diferentes projetos políticos disputam visibilidade, legitimidade e capacidade de mobilização (Feenberg, 2002; Castells, 2017).

As mensagens variavam entre divulgação de cursos de capacitação, seminários, formações, manchetes de notícias que envolvem principalmente a política, racismo, opressões sofridas por mulheres e ações de movimentos populares. Diante o contexto pandêmico muitos pontos foram discutidos antes da abordagem da pauta da reunião. Medo de retornar ao trabalho, dores causadas pelo *home office*, alteração das rotinas, cansaço e dificuldades com internet, som e vídeo foram experiências compartilhadas durante o isolamento social.

Helena falou sobre “o medo de voltar ao trabalho no meio de uma pandemia, com ou sem protocolos sanitários, já que não iriam funcionar como dizem na teoria”. Beatriz declarou as “dores nas costas e nervo ciático” por causa das muitas horas de trabalho e má postura durante o *home office* “empurrado garganta abaixo”. Isadora expôs o receio em não mais saber diferenciar “o que é roupa de casa, roupa de sair e a vontade de ficar só de pijama ou com roupas confortáveis”. Já Cecília, pediu ajuda e sugestões para “aparecer melhor no vídeo” e anunciou a compra de um aparelho de iluminação para que quando participasse de *lives* e encontros virtuais “a imagem ficasse bonita e clara para que estivesse assistindo”.

Nas reuniões realizadas via *zoom*, as participantes apresentaram e discutiam futuras estratégias para ações que já praticam, como a realização de *lives*, *podcasts* e programa de rádio, que inclusive foi pauta na primeira reunião. A atração seria um recente programa elaborado pelo coletivo, na Rádio Web DOM.

Durante a conversa, Sofia anunciou que a rádio apresentava uma proposta voltada a multipluralidade e que a frente feminista “Marielle vive” criaria e apresentaria conteúdos às sextas-feiras às 10h da manhã, com reprises aos domingos, às 15h da tarde. O programa intitulado “Azamigas” foi definido por Sofia como um bate-papo entre mulheres.

Mesmo trabalhando com antecedência, toda semana aparece uma ideia nova para o programa. A gente faz uma lista, um roteiro, mas acabamos mudando de ideia. Faz bastante tempo que queríamos falar sobre sociedades matriarcais e fomos adiando porque apareciam outros temas.
(Helena)

Como consequência da pandemia, a atração seria gravada e editada antes de ir ao ar, desse modo não se realizariam encontros presenciais. Em cada semana se discorreriam sobre uma temática diferente relacionada aos feminismos, racismo e outras relações sociais que permeiam hierarquias de poder e desigualdades. Então, ocasionalmente, pessoas que se identificassem com a discussão de determinado tema seriam convidadas a participar da gravação: “A pandemia proporcionou incluir pessoas de fora. Com as *lives*, a rádio, aumentou nosso público e alcance”. (Sofia)

Beneficiando-se dos meios de comunicação, a frente feminista levantou temas relacionados a situações vivenciadas por mulheres e comuns na estrutura patriarcal racista e capitalista em que vivemos (Saffioti, 2015). As discussões englobavam a desigualdade de gênero, imposição de padrões, bem como críticas a lógica opressora que permanece desde a colonização. De acordo com Araújo-Olivera (2014, p. 76): “A lógica do sistema [...] gera assimetrias no exercício do poder estabelecendo relações de subordinação, cria desigualdades, exerce violência, produz injustiça, gera a negação do ser; inventa o Outro, como o diferente do mesmo”.

Como sujeitos históricos, precisamos desenvolver a consciência crítica e agir vislumbrando uma sociedade mais justa a partir da luta para transformação dessa realidade que oprime muitos grupos sociais.

A partir da participação em duas reuniões da FFMV, pudemos analisar como as participantes se articulam, discutem temas comuns a condição de mulher, definem temas para diálogo e levantam possibilidades para luta feminista na região.

CATEGORIAS DE ANÁLISE

A realidade como desafio: constituição da rede

A frente se formou por identificação. Está se fortalecendo. Está se fortificando e aumentando a potência do movimento. (Cecília)

Foi muito comum que as participantes discorrerem sobre situações incômodas ou inquietações que as afetam na condição de mulher, como assédio moral e sexual, violência doméstica, racismo, etarismo, maternidade e consequências de uma política de extrema direita.

Uma situação incômoda vivenciada por Marina foi relatada e logo as participantes acolheram a colega:

Gostaria de compartilhar com vocês uma situação. Hoje caminhando no meu bairro por volta de 18h40 comecei a ser perseguida por um homem sozinho num carro com um HB20 branco, ele começou a me intimidar, me chamar e pedir supostas informações.... Eu não olhei para ele e comecei a andar mais rápido, por fim o cara ficou indo e voltando atrás para ver onde eu estava indo. Encontrei uma viatura da Polícia no bairro alguns minutos depois e contei o que ocorreu, o policial por fim não deu a mínima e disse que o cara devia ser uber. (Marina)

Marina como você está? (Beatriz)

Nossa amiga, sinto muito por você ter sido tratada dessa forma! Você está bem? (Elisa)

Nossa, Mari, sinto muito, que situação horrível! Obrigada por contar aqui, por confiar e também avisar! (Sofia)

Como se o corpo fosse público né? Que raiva! (Elisa).

Beatriz comentou:

Sinto muito, Marina! Que bom você poder compartilhar aqui o que aconteceu e como se sente! E legitimar o que aconteceu e como você se sentiu, você não está enganada, nem errada! (Beatriz)

Sim, que bom que você teve a coragem de falar sobre uma experiência delicada! É importante não se calar mesmo, e tenha consciência que isso não é de nenhuma forma culpa sua. (Elisa)

Assim como as participantes citadas acima, outras demonstraram solidariedade e empatia em relação a situação vivenciada por Marina. Além disso, foram tecidas considerações sobre a política de extrema direita representada pelos discursos do então presidente Jair Bolsonaro.

Isso é típico do que está acontecendo na política. Deslegitimação de denúncias feitas por mulheres. Isso vai da presidência até as organizações. A polícia é uma. (Helena)

Em quem podemos confiar? (Beatriz)

O descaso policial, quando deslegitima o relato da vítima, e, as dificuldades encontradas em órgãos públicos aparecem associados à necessidade de organização em redes de apoio e de pressão coletiva pela garantia de direitos. Laura, uma das participantes cita o curso de formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), rede de apoio multiprofissional a mulheres vítimas de violência em Americana, Nova Odessa e Santa Bárbara d'Oeste.

Acho importante entrar na rede de PLP de cadastro de profissionais para atender mulheres com atendimentos gratuitos ou valores simbólicos. (Laura)

Após o relato e acolhimento, as participantes conversaram sobre a importância da articulação entre mulheres para fortalecer o grupo e algumas estratégia diante de situações de perseguição, importunação, assédio e até mesmo violência. Lívia levantou a hipótese de que o grupo de *WhatsApp* definisse uma palavra-chave para pedir socorro em casos de perseguição, assédio sexual ou violência que alguma das mulheres do grupo sofressem.

A palavra tem que ser aleatória, não necessariamente um pedido de socorro. Uma palavra que dê para disfarçar para que o abusador ou agressor não perceba que a pessoa está pedindo ajuda. Pode ser até uma frase, que pareça inofensiva e comum, do dia a dia.

Laura frisou “que o correto seria discar 100 ou 153, que é o número da delegacia da mulher. Também seria bom a vítima passar alguma informação de localização e avisar no grupo de *WhatsApp* do coletivo em razão de que sempre teria alguém *online*, observando”. Sobre os telefones, Alice esclareceu que “o disque 153 era um número da Polícia Civil e que tinha ligação com o Conselho da Mulher, mas que não poderia afirmar se ainda existia essa conexão porque provavelmente havia ocorrido um remanejamento de pessoas que ocupavam o cargo de delegado (a) na cidade”. Helena ponderou sobre o fato de que “muitas vezes a vítima fica tão abalada que acaba não se recordando de fotografar a placa do carro que a perseguiu, o número de emergência para quem deve ligar”. Beatriz frisou a necessidade “de manter a lucidez e buscar apoio, como por exemplo no nosso grupo de *WhatsApp*”.

Acompanhando os diálogos estabelecidos no grupo de *WhatsApp* e reuniões virtuais, nota-se entre as mulheres da frente feminista “Marielle vive” uma esfera de acolhimento, cumplicidade e apoio. Isso se dá ao fato de que embora muitos desabafos sejam feitos individualmente, eles se entremeiam quando as participantes se reconhecem na posição de mulher que ocupam na sociedade. O reconhecimento do gênero como marcador social pode estimular uma análise crítica da realidade e suas estruturas de dominação e exploração, e, assim como afirma Freire (2011, p. 65) “Ensinar e aprender são assim momentos de um processo maior – o de conhecer, que implica reconhecer”. O compartilhamento de angústias e aflições relativamente semelhantes, proporciona a identificação de situações de opressão que muitas mulheres sofrem cotidianamente, ou seja, “As práticas sociais nos encaminham para a criação de nossas identidades”. (Oliveira; et al., 2014, p. 35).

Diante de relatos de perseguição, assédio ou violência, as participantes demonstram solidariedade, validaram a experiência narrada, afastaram a culpabilização da vítima e propuseram formas concretas de auxílio.

Um dos assuntos pautados para a primeira reunião estava a proximidade da eleição para nova formação do Conselho da Mulher no município,

Na atual na atual administração municipal, o colegiado somente possui função consultiva e não mais deliberativa, como já teve no passado, e, passou a aceitar a presença de associações e movimentos

populares. No início as reuniões eram bem chatas porque só liam ofícios e não faziam nada. Elas melhoraram depois de muita reclamação. (Alice)

Beatriz, Helena e Alice confessaram preocupações em relação as pessoas que integrariam a próxima formação do Conselho da Mulher. Destacaram que de acordo com as experiências que tiveram, é comum o enfrentamento de obstáculos na obtenção de afirmativas por parte da prefeitura e, que dependendo das pessoas que preenchem os cargos em ambas as partes e, se há discórdias, inclusive pessoais, o processo fica mais dificultoso. As participantes destacaram que seria importante a representatividade feminina na política e principalmente feminista.

Beatriz se pronunciou:

A prática era revezar poder público e poder civil. Agora não existe mais diretriz. (Helena)

Nós mulheres já somos minoria na política, que tem os cargos ocupados por homens brancos. (Isadora)

Helena complementou que o Conselho da Mulher deve exigir o poder deliberativo nas decisões tomadas pelo município, visto que quando esse não acata sugestão ou denúncia, “o caminho é só acionando o Ministério Público, mesmo”, concluiu. Seguindo o diálogo, Beatriz, Alice e Helena afirmaram a existência de muitas dificuldades quando há exigência ou proposição de projetos de lei que ampliem o amparo às mulheres, tanto na garantia quanto na eficiência do exercício de direitos.

Alice e Helena, citaram a questão do alcance às medidas protetivas por mulheres que sofrem abusos e agressões por parte de companheiros e a busca por auxílios, como abrigo para mãe e filhos (as) quando deixam o lar em razão da violência masculina. Alice relatou a impressão de que “quem entrou agora no Conselho está romantizando muito” e ilustrou:

As coisas são difíceis. Precisamos de alguém que bata de frente, como a Helena... E assim também...

Quando a Conselheira incomoda muito, ela cai. Então temos que indicar alguém que não tenha o nome vinculado diretamente a frente, pois senão, corremos o risco de ela não ser regularizada.

Então é melhor alguém da Associação que já está regulamentada.

A associação referida é chamada de “Lilases”. A Associação opera em um prédio doado pela prefeitura de Americana em um bairro periférico. Alice e Helena declararam que o imóvel está bastante depredado, sem energia elétrica e que provavelmente, pelas más condições, o poder municipal que não tinha interesse em investir nas reformas do lugar, permitiu o uso. A associação é independente da frente feminista “Marielle vive”, embora o coletivo atue de modo colaborativo, organizando o espaço e reuniões, por exemplo: “Acho que chegamos a fazer cinco encontros lá, né?” (Alice)

Helena e Alice explicaram que a atuação da Associação Lilases foi interrompida devido a pandemia e que tinham o desejo de voltar a realização de encontros: “Conseguimos até uma geladeira, pena que ainda não tem energia elétrica. Nem dá para fazer as reuniões a noite.” (Helena)

A troca de experiências e saberes é capaz de impulsionar a elaboração de perspectivas e possíveis caminhos, de maneira coletiva, visando a superação de um problema concreto, que é a situação de desigualdade de gênero, ou seja, é um constante processo de ensinar e aprender. Uma das formas de dialogar, são reuniões e rodas de conversa.

A partir de relatos comuns e diálogos, diversas integrantes do coletivo percebem que “não estão sozinhas” e começam a analisar a realidade coletivamente, levando em conta as vivências de outras mulheres e, que muitos problemas não são individuais, bem como suas causas e consequências.

Agora não podemos nos ver, então é muito importante a gente investir nas redes sociais e nas formações a distância. (Helena)

Temos que investir no instagram. Fazer lives sobre determinados tópicos podem ajudar. Com as lives aumentou o público e o alcance. (Beatriz)

Igual ao exposed que denunciou assediadores, né? (Lívia)

Olha a live com a Madu sobre o exposed. Falou sobre o feminismo. Acabou chamando a atenção das amigas dela, que são mais jovens e tiraram dúvidas. Alcançou outro público. (Sofia)

Com muita gente, ecoa. Chega em outros lugares. Algo chega em algum lugar, de alguma maneira. (Beatriz)

O *exposed* citado foi um movimento virtual de “subida de *hashtags*” na rede *twitter* (hoje X), onde que pessoas, anonimamente, denunciavam casos de assédio sexual sofridos por elas, na presença delas ou que chegaram ao conhecimento delas por meio de outras. Na maioria das explicações, os tidos crimes, foram cometidos em escolas, por homens, muitas vezes professores.

Durante o diálogo sobre o *exposed*, Helena colocou que a grande preocupação do coletivo era com o “contrafluxo”, ou seja, que as autoras da denúncia ou vítimas pudessem ser acusadas por difamação, por exemplo, ao identificar os supostos assediadores sexuais, ou serem alvo de algum tipo de retaliação.

Como assistente social, penso que temos que ter cuidado quando falarmos sobre isso. A maioria das meninas são menores de idade e isso pode arretar várias coisas. Gente, quando casos assim são julgados, é superdolorido ver a vítima ter que repetir o que passou sabe? Muitas vezes a denúncia é contra o próprio pai ou familiar. Tem juiz que pede detalhes. É horrível. Podemos orientar a necessidade de se procurar o Conselho Tutelar, falar sobre suas atribuições. Existem órgãos que tem essa função. Acho também que podemos orientar quanto a importância da escuta. A importância de a menina falar com alguém maior de idade em quem confie. Não podemos assumir a responsabilidade de levar denúncias adiante. Aliás, nem daríamos conta disso. Temos que capacitar pessoas à escuta cuidadosa, solidária. Incentivar a solidariedade e empatia. (Míriam)

Outros tópicos discutidos abordaram a maternidade e o acúmulo de trabalho da mulher durante a pandemia. A crítica se dirigiu ao fato de a maternidade e trabalho doméstico serem caracterizadas como funções naturalmente femininas.

Antes tinha o trabalho fora e dentro de casa. Agora é trabalho 24 horas. O que podemos fazer com crianças na pandemia? (Bianca)

Acaba tudo acumulando para a gente, e pelo fato da gente estar em casa, é como se estivéssemos de folga e sobra tudo pra gente. (Helena)

Zanella (2018, p. 123) explica que existe um dispositivo social materno, onde as mulheres são educadas a naturalizar o casamento, funções de cuidado e a maternidade como experiência de “ser mulher”.

Já está saindo pesquisa sobre o acúmulo de trabalho da mulher na pandemia. (Laura)

Algumas pesquisas também estão mostrando o aumento da violência doméstica como sintoma da pandemia e dos homens ficarem em casa (Helena)

Assim como muitas “situações limite” são frequentemente experienciadas por grupos oprimidos, como as mulheres, a superação, ou seja, o desvelamento do “inédito viável”, também pode ser vislumbrada e executada em grupo. De acordo com Freire (2011, p. 147) “É a ‘leitura do mundo’ exatamente a que vai possibilitando a decifração cada vez mais crítica da ou das ‘situações-limites’, mais além das quais se acha o ‘inédito viável’”.

Por meio da constituição da identidade enquanto grupo, as mulheres da frente feminista vêm compartilhando e encarando diversos problemas como desafio. Entre eles estava a maior dificuldade em consolidar redes de apoio e atuar na luta contra a desigualdade e violência enfrentadas pelas mulheres. Entre os anúncios, as participantes apontaram a importância em fazer parte de um grupo feminista que divulga informações, apoia mulheres contra as violências sofridas. Indicaram a necessidade de o grupo se identificar com o pensamento crítico e progressista e realizar formações sobre os feminismos, direitos das mulheres e como acessá-los.

Os desafios impostos pela pandemia do covid-19, que impossibilitavam os encontros presenciais, promoveram o meio virtual como ferramenta oportuna, embora complexa e perigosa no contexto, para viabilização de encontros e diálogos, desse modo, a tecnologia remota vem sendo aproveitada pela FFMV na tentativa de expandir a visibilidade e alcance das ações empreendidas pelo grupo.

Nós também estamos divulgando serviços de mulheres que tem seus próprios negócios. Elas nos passam as informações, fazemos a arte e compartilhamos. É importante que mulheres apoiem mulheres. (Helena)

O ambiente virtual configura-se como um espaço de fortalecimento das relações de solidariedade, no qual a circulação de informações também se converte em estratégia de apoio econômico, reconhecimento mútuo e valorização do trabalho desenvolvido por mulheres. A iniciativa de divulgar empreendimentos das participantes revela que a frente compreende o cuidado e o fortalecimento feminino de maneira ampliada,

articulando dimensões políticas, sociais e econômicas. Assim, as plataformas digitais passam a integrar a própria dinâmica organizativa da Frente, ampliando suas possibilidades de mobilização e apoio recíproco. Ao mesmo tempo, conforme discutido anteriormente, esse potencial não elimina as contradições inerentes ao ambiente virtual, marcado por disputas políticas, assimetrias de visibilidade e mecanismos de vigilância. Nesse cenário, a atuação da FFMV evidencia um movimento de apropriação crítica das tecnologias digitais, buscando convertê-las em instrumentos de fortalecimento da ação coletiva e da construção de redes de apoio entre mulheres, mesmo em um contexto permeado por tensões e limitações.

Unidade na diversidade: as tensões e elasticidade dos tecidos

A convivência virtual permitiu uma caracterização exploratória, preliminar das participantes da frente feminista e indicou que apesar das membras se declararem como feministas e progressistas, vivem realidades distintas de acordo com marcadores sociais.

Portanto, a diversidade compõe o grupo, não limitando pautas discutidas e a atuação do grupo. Percebemos que as diferenças deixam as possibilidades de reflexão e atuação mais elásticas, ou seja, “A experiência vivida nos permite entender de dentro da prática social a experiência de outros, e essa inserção é permitida se houver estranhamento respeitoso à cultura do outro, a seus pontos de vista”. (Oliveira et al., 2014, p. 41).

A pluralidade tange profissões e outros marcadores sociais como diferença de idade, classes, raça, religião, posição política, histórias de vida, entre outros. Nos diálogos que constituem o diário de campo, foi possível detectar que o coletivo se posiciona criticamente em relação a ideologias e atos que remetem principalmente ao machismo e estrutura patriarcal, mas também ao racismo, homofobia e outras formas de preconceito, discriminação ou violência

Graças a frente, etarismo é uma coisa que eu não iria discutir, se não fosse primeiro as discussões da frente. (Cecília)

Cada mulher é única. Não importa se é casada, solteira, mãe solo, lésbica, macumbeira... Temos que buscar jeitos de nos fortificar. (Laura)

Acontece a mesma coisa quando falamos de racismo. Não adianta só falar temos que agir. (Alice)

Relacionamos esse parecer crítico do grupo as ações descritas por Araújo-Olivera (2014, p. 54) quando esclarece que “Identificar, compreender, denunciar, corrigir as diversas manifestações da colonialidade na área da educação, da saúde, da formação e ação cidadã, na cultura, nas identidades, nas estruturas institucionais, entre outras, requer coerência ética”.

Participar de um coletivo feminista, das reuniões e conversas via *WhatsApp* incita o exercício de ouvir e ser ouvida, e essa dinâmica dialógica, mesmo que virtualmente, se manifesta como prática da alteridade, que como alerta Araújo-Olivera (2014) é constituída por meio do diálogo quando a sociedade busca a humanização.

A diversidade de vivências e pensamentos entre as participantes da FFMV provocam tensionamentos em algumas ocasiões. Freire, (2011, p.125) nos alerta:

A tensão necessária permanentemente, entre as culturas na multiculturalidade é de natureza diferente. É a tensão a que se expõe Poe diferentes, nas relações democráticas em que se promovem. É a tensão de que não podem fugir por se acharem construindo, criando, produzindo a cada passo a própria multiculturalidade que jamais estará pronta e acabada.

Todavia assumindo-se como grupo, como unidade, que reconhece sua responsabilidade política diante da realidade, as diferenças de perspectivas nutrem os diálogos, as reflexões e propicia que os fenômenos sejam esquadrihados sob múltiplas óticas e enfrentados por diversos punhos.

Exercer o diálogo como direito e afirmação da diferença, num contexto que pretende negar essas diferenças ou que as diferenças são utilizadas para inferiorizar e melhor explorar ao diferente, põe em questão o sistema de poder que sustenta a desigualdade. Nesse contexto, o diálogo assume sua dimensão verdadeiramente política (Araújo-Olivera, 2014, p. 63).

A intersubjetividade torna possível a convivência de diferentes universos, que desvendam nossos olhares para realidades que até então eram encobertas pela imposição da lente colonial/moderna impregnada em nosso

imaginário como única. Vislumbrar a possibilidade de unidade na diversidade é um processo característico da luta democrática, como alerta Freire (2011, p. 125):

Daí, mais uma vez, a necessidade da invenção da unidade na diversidade. Por isso é que o fato mesmo da busca da unidade na diferença, a luta por ela, como processo, significa já o começo da criação da multiculturalidade. É preciso reenfatar que a multiculturalidade como fenômeno que implica a convivência num mesmo espaço de diferentes culturas não é algo natural e espontâneo. É uma criação histórica que implica decisão, vontade política mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas a fins comuns. Que demanda, portanto, uma certa prática educativa coerente com esses objetivos. Que demanda uma nova ética fundada no respeito às diferenças.

Então, fagocitar as diferenças, converte-se em estratégia do coletivo, que articula suas ações procurando estender sua atuação, chegando em mais pessoas e espaços.

Compromisso ético e político: definindo os pontos para tecer

Nas reuniões da FFMV notamos a preocupação das integrantes acerca do oferecimento de formações às participantes do coletivo: “É importante as pessoas saberem e conhecerem a frente [...] Temos um peso de responsabilidade.” (Alice).

A organização delas seria por meio da definição de temas, sendo que um deles abrange a caracterização da frente, ou seja, as ingressantes são informadas sobre as características, linhas de pensamento, objetivos e ações implementadas pela frente, para que assim, escolham permanecer ou não, no grupo: “A frente está chegando em sua essência, o que ela é! É uma rede de apoio. [...] Aumentando a potência do movimento”. (Cecília)

O outro ponto envolve agenda de movimentos sociais, principalmente quando tangem pautas feministas. Essas formações se assemelham a grupos de estudo, que pretendem examinar produções e práticas que agreguem conhecimento teórico, e, partilhar saberes entre as participantes: “É importante mobilizar e atrair a participação.” (Beatriz)

Existe um cuidado em se estabelecer referências que mantenham o grupo coeso e oriente coerentemente as ações da frente feminista. Freire (2011, p.91), salienta a importância da coerência ao longo da vida

Posso, no processo de agir-pensar, falar-escrever, mudar de posição. Minha coerência assim, tão necessária quanto antes, se faz com novos parâmetros. O impossível para mim é a falta de coerência, mesmo reconhecendo a impossibilidade de uma coerência absoluta. No fundo, esta qualidade ou esta virtude, a coerência, demanda de nós a inserção num permanente processo de busca, exige de nós paciência e humildade, virtudes também, no trato com os outros.

Nesses espaços de compartilhamento, cada mulher contribui de acordo com seus conhecimentos, formação, ocupação e área de atuação. Fornecimento de apoio jurídico, orientações de procedimentos de denúncia, por exemplo, fazem parte da colaboração e partilha de saberes e experiências: “Temos que ocupar espaços para gerar informações.” (Helena)

Frisamos também o sentimento de proteção entremeado nas falas das participantes. Muitas delas ressaltam que o coletivo tem a responsabilidade de respaldar, de alguma maneira, mulheres que sofrem discriminação, perseguição ou violência. Nessas formações, elas também sistematizam estratégias para que em suas redes sociais, as mulheres anunciem os trabalhos que desenvolvem. Essa é uma tentativa de divulgar produções e serviços oferecidos por mulheres e reforçar a credibilidade e valorizar o trabalho feminino.

A frente feminista “Marielle vive” é uma rede informal que vem fundando sua essência como núcleo dissipador de informações e apoio as mulheres. Para isso, as formações são fundamentais para o fortalecimento e reconhecimento do grupo e suas ações.

Lideranças: Os nós que sustentam

Nos movimentos sociais, a liderança pode ser compreendida como um conjunto de funções estratégicas, relacionais e afetivas, exercidas individualmente ou de modo compartilhado por integrantes do grupo. Essas funções envolvem mobilizar pessoas, articular ações, formular demandas, sustentar vínculos e transformar experiências comuns em ação coletiva. Sua legitimidade, portanto, não se apoia necessariamente em uma

posição hierárquica fixa, mas na capacidade de organizar sentidos, fortalecer pertencimentos e impulsionar práticas comuns (Lerbach, 2021). No campo feminista, essa compreensão desloca o modelo vertical e carismático associado às tradições políticas patriarcais e redefine a liderança como prática de redistribuição do poder. Trata-se de uma liderança horizontal, interseccional e orientada pelo cuidado, pela corresponsabilidade e pela autorreflexividade (Penha-Vasconcelos, 2024). Nessa perspectiva, liderar significa contribuir para a transformação das relações de opressão de gênero, raça, classe e território, inclusive quando tais relações atravessam o próprio interior dos movimentos (Valiengo & Oliveira, 2020).

Essa concepção amplia o olhar sobre as formas pelas quais a liderança se manifesta na prática cotidiana dos grupos, permitindo compreender que sua presença pode emergir não como autoridade formal, mas como referência construída nas relações, na capacidade de articulação e na sustentação das ações comuns.

Em meio às discussões, durante a segunda reunião da frente feminista, Lívia, Bianca e Sofia indicaram que algumas participantes se destacavam como mentoras. Entre elas estavam Alice e Helena, pois possuíam participação mais ativa nos debates, nas sugestões e na estruturação das ações efetuadas pela FFMV: “Tentamos formar um grupo de organização sem hierarquia. O desafio é não parecer divisório”. (Alice).

Freire (2011) destaca o papel das lideranças nos movimentos populares para a transformação da sociedade.

Por isso é que, por n razões, estando as lideranças num nível diferente, maior, de “imunização” ao medo, que afeta as maiorias, se devem impor uma forma especial de lidar com aquele medo. Uma vez mais, então, se coloca às lideranças, a necessidade de viver seriamente, rigorosamente, as relações entre tática e estratégia, de que já falei neste estudo, A questão, em última análise, que se põe às lideranças é saber, através da leitura crítica a ser sempre feita da realidade, que ações e em que níveis, podem taticamente ser postas em prática. Em outras palavras, o que pode ser feito agora para que se faça amanhã o que hoje não pode ser feito (Freire, 2011, p. 173).

As integrantes reconheciam que Alice e Helena exerciam uma forma de liderança ao “tomar a frente” e “dar cara ao movimento”, como indicam trechos oriundos do diário de campo. Essas mulheres eram vistas como

referências da FFMV: articulavam encontros, antes presenciais e, no contexto pandêmico, remotos; levantavam demandas; e faziam circular informações.

Observamos que a FFMV tem o propósito de agir de forma democrática, buscando considerar diferentes opiniões, ainda que existam circunstâncias em que decisões precisem ser definidas com maior concretude para que as ações sejam implementadas.

A dupla reconhecida como “líder” não representava uma divisão interna ou uma hierarquia na FFMV, mas simbolizava uma concentração de forças: “Liderança não é boa quando há divisão. Nesse caso, seria concentração de forças.” (Beatriz)

Entendemos que, como rede de apoio, a forma de condução que se evidencia na Frente Feminista Marielle Vive remete aos nós que sustentam a trama coletiva. Esses nós não operam como centros fixos de comando, mas como pontos de articulação que conectam experiências, demandas, afetos e estratégias de ação. À luz da pedagogia freireana, essa atuação pode ser compreendida como prática político-pedagógica, pois contribui para a leitura crítica da realidade, para a organização do grupo diante das situações-limite e para a construção coletiva de possibilidades de transformação. Nesse sentido, Alice e Helena não aparecem como figuras que concentram poder de modo hierárquico, mas como referências que ajudam a manter a circulação da palavra, a continuidade das ações e a coerência ética da Frente. A liderança, portanto, assume caráter relacional e compartilhado: sustenta a rede ao mesmo tempo em que é sustentada por ela, fortalecendo processos educativos baseados no diálogo, na corresponsabilidade e na produção coletiva de saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A frente feminista “Marielle vive” se reconhece como rede de apoio informal e durante a inserção, reparamos alguns questionamentos afluíam com frequência nos encontros virtuais como: *Como consolidar o coletivo? Como estender braços de ação? Para que e como agir?*

Participando das reuniões e do grupo de *WhatsApp*, notamos uma intensa troca de experiências, denúncias, saberes, curiosidades, e, que essa partilha fomenta discussões e muitos dos pontos debatidos servem

para orientar as ações propostas. Observamos que muitos problemas vividos e compartilhados pelas integrantes do grupo são ponto de partida para essas mulheres possam refletir e (re) construir visões de mundo mais críticas. Ou seja, problemáticas da realidade concreta são componentes dos processos educativos que se configuram.

As discussões e práticas realizadas pelo coletivo partem de inquietações das integrantes sobre a realidade opressora que aflige as mulheres em nossa sociedade capitalista, racista e que ainda segue a lógica patriarcal. Muitas vezes são situações vivenciadas pelas próprias membras que servem de embasamento para os debates e ações que a frente promove.

Entre as mulheres existem pensamentos divergentes, advindos das diferentes vivências e histórias de vida. No entanto, o grupo assume o compromisso político e ético e reconhece que o coletivo deve analisar criticamente a realidade para propor ações de transformação. Para isso, organiza formações em que as integrantes buscam se apropriar de referenciais teóricos femininos, críticos, anticapitalistas, marxistas e decoloniais que se aproximam aos utilizados por movimentos sociais críticos, como os próprios feminismos não hegemônicos, movimentos antirracistas, movimento dos trabalhadores sem-terra (MST), entre outros, que defendem populações subalternizadas, principalmente as mulheres. Os estudos, reuniões e debates procuram estabelecer uma coerência nas práticas que o grupo planeja e efetua, considerando que a frente feminista “Marielle vive” se reconhece como rede de apoio informal e fundamenta suas ações em referenciais críticos e progressistas como bell hooks, Márcia Tiburi, Grada Kilomba, Geni Nunez, Lélia Gonzalez e Luiza Bairros.

Nós nos aproximamos dos diálogos em grupos de *WhatsApp* e reuniões *online*, mas é possível perceber que a prática social articulada pelo coletivo, também inclui programa de rádio, informações compartilhadas, *lives* no *Instagram*, formações *online*, entre outras, se assemelhando ao processo de costurar uma promissora trama, ou seja, um contínuo esperar.

REFERÊNCIAS

- Ahmed, Sara. (2017). *Living a feminist life*. Durham: Duke University Press
- Araújo-Oliveira, Sonia S. (2014). Exterioridade: o outro como critério. In: Oliveira, Maria W. & Sousa, Fabiana R. (Org.). *Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação* (pp. 47-112). São Carlos: EdUFSCar.
- Bogdan, Robert & Biklen, Sari. (1994). *Notas de campo*. In: *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora. p.150-175.
- Castells, Manuel. (2017). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet* (2. ed. rev. e atual.) Rio de Janeiro: Zahar.
- Collins, Patricia Hill. (2000). *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2. ed.) New York: Routledge.
- Feenberg, Andrew. (2002). *Transforming technology: a critical theory revisited* (2. Ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Freire, Paulo. (2011). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido* (17. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gohn, Maria da Glória. (2019). *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo* (7. ed.). Petrópolis: Vozes.
- Hooks, Bell. (2024). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras* (11. ed.). Trad. de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Lerner, Gerda. (2019). *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Trad. de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix.
- Melucci, Alberto. (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.

- Oliveira, Maria W. et al. (2014). Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: Oliveira, Maria W. & Sousa, Fabiana R. (Org.). *Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação*. São Carlos: EdUFSCar.
- Penha-Vasconcelos, C. (2025). From margins to power: Resistance leadership by Brazilian women's collective candidates. *Leadership*, 21(3), 207-218.
- Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani. (2015). *Gênero, patriarcado, violência* (2. ed.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Valiengo, C. B., & Oliveira, M. J. de. (2020). Coletivos e o ciclo de protestos dos anos 2010: Reflexões sobre horizontalidade e as tecnologias digitais da informação e comunicação. *Simbiótica*, 7(3), 74–97.
<https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/download/33696/22455/101516periodicos.ufes>
- Zanello, Valeska. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos. Cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Apri.

Artigo submetido em: 20 de junho de 2026.
Aceito para publicação em: 22 de julho de 2026.
DOI: 10.51146/connectscij.v8i1.97

Informações dos(as) autores(as):

Nome: Vanessa Lemos de Toledo

ORCID: [0000-0003-4174-1246](https://orcid.org/0000-0003-4174-1246)

Titulação: Doutoranda na UFSCar, Mestra em Educação Socio-comunitária; professora na Etec Ferruccio Humberto Gazzetta, Nova Odessa.

E-mail: vanessalgeo@hotmail.com

Nome: Bruna Rodrigues Viotto da Cruz

ORCID: [0000-0001-7128-2840](https://orcid.org/0000-0001-7128-2840)

Titulação: Mestra em Educação; professora de Ensino Médio, Técnico e Superior do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, ETEC Polivalente de Americana e FATEC Sumaré.

E-mail: bruna.cruz@cps.sp.gov.br

Nome: Wellington Aires da Cruz Pereira

ORCID: [0000-0002-4348-5373](https://orcid.org/0000-0002-4348-5373)

Titulação: Doutorando em Educação na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas); Mestre em Educação; professor na FATEC Americana e na ETEC Prof. Dr. José Dagnoni.

E-mail: well.aires@gmail.com

Contribuição dos(as) autores(as):

Autor 1: Conceituação (Liderança); Curadoria de dados (Liderança); Análise formal (Liderança); Investigação (Liderança); Metodologia (Liderança); Administração do projeto (Liderança); Supervisão (Liderança); Redação – rascunho original (Liderança); Redação – revisão e edição (Liderança).

Autor 2: Curadoria de dados (Suporte); Análise formal (Suporte); Redação – rascunho original (Suporte); Redação – revisão e edição (Suporte).

Autor 3: Curadoria de dados (Suporte); Análise formal (Suporte); Redação – rascunho original (Suporte); Redação – revisão e edição (Suporte).

Disponibilidade de dados:

O conjunto de dados que sustenta os resultados do estudo não estão disponíveis publicamente.

Editor Geral

Eduardo César Pereira Souza – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

Editoras Adjuntas

Juliana Hortelã Pedrone Valério – Universidade Estadual do Paraná (Unespar)

Maria da Conceição Oliveira - Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Editora Científica

Kátia Denise Moreira – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)